

Comissão vai proteger juízes e servidores do Judiciário



O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) conta, agora, com Comissão Permanente de Segurança Institucional, formada por magistrados e militares e que irá planejar e executar a política de segurança dos juízes e servidores do Poder Judiciário.

Compete ao grupo de trabalho criado pelo presidente do TJMA, desembargador Antonio Guerreiro Júnior, e regulamentado pela Portaria nº 1010/2012-TJ, receber e decidir sobre os pedidos de proteção, assistência e escolta de magistrados em situação de ameaça ou risco.

“A comissão vai adotar medidas para reforçar a segurança de instalações judiciárias e administrativas e estabelecer políticas institucionais visando orientar, pre-

venir e garantir a segurança de membros do Judiciário”, adianta Guerreiro Júnior.

A medida segue orientação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que determinou aos tribunais estaduais e federais, na Resolução nº 104/2010, a criação de comissão permanente formada por magistrados e representante de entidade de classe, com a incumbência de elaborar plano de proteção e assistência dos juízes em situação de risco e conhecer e decidir sobre pedidos de proteção especial feitos por magistrados.

A comissão é formada por um desembargador (presidente), um juiz auxiliar da presidência do Tribunal, um juiz auxiliar da Corregedoria Geral da Justiça (CGJ), um

juiz indicado pela Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA), pelo diretor de segurança institucional e pelo chefe do Gabinete Militar da presidência do TJMA.

À exceção do diretor de Segurança Institucional, capitão Alexandro Magno, e do chefe do gabinete militar, tenente-coronel Pedro Ribeiro, os demais membros ainda não foram escolhidos.

Segundo o diretor, o objetivo maior da comissão será propor ao Judiciário atos normativos relacionados à proteção de magistrados e servidores.

“Essa medida é uma iniciativa do presidente Guerreiro Júnior para apoiar desembargadores e juízes e em resposta às suas solicitações”, disse.



Judiciário garante gratuidade mensal de 10 mil registros de nascimento



No Maranhão, em torno de 10 mil registros civis de nascimento gratuitos são emitidos a cada mês. O quantitativo equivale a média mensal de 72% dos mais de 13 mil atos praticados pelos 166 cartórios de registro civil de pessoas naturais em funcionamento no estado.

De abril de 2010 a agosto deste ano o Tribunal de Justiça (TJMA) repassou cerca de R\$ 4 milhões às serventias extrajudiciais.

Esse valor corresponde à compensação financeira por esse trabalho, e é feita pelo Fundo Especial das Serventias de Registro Civil de Pessoas Naturais (FERC), criado pela Lei

Complementar n.º 130 de 29 de dezembro de 2009.

“O mais importante é garantir que os serviços cartorários de grande alcance social tenham qualidade, eficiência e agreguem valor às atividades do Judiciário maranhense”, destaca o presidente do TJMA, desembargador Antonio Guerreiro Júnior.

Vinculado ao TJMA, o fundo fomenta ações que garantam a gratuidade de atos como as campanhas para a erradicação do sub-registro.

FONTES - Uma das fontes de receita do FERC é o repasse de 3% sobre o total arrecadado pelos cartórios na cobrança de emolumentos. Neste caso, cabe ao notário ou registrador o repasse dos valores ao fundo. O recolhimento ocorre semanalmente, via boleto bancário específico. O valor máximo de cada ato é de R\$ 10,00.

Também compõem a arrecadação global do FERC as receitas oriundas de convênios, acordos e contratos firmados com entidades públicas ou privadas.

Aprovada construção de três novos fóruns



O processo de licitação para construção de novos fóruns no interior foi concluído esta semana pelo Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA). Serão beneficiadas dessa vez as comarcas de Santa Helena, Magalhães de

Almeida e São Bernardo, confirma o presidente do TJMA, desembargador Antonio Guerreiro Júnior. De acordo com a Diretoria de Engenharia do TJMA, os serviços devem iniciar em outubro. Também estão em licitação os novos fóruns de Imperatriz (segunda maior comarca do Estado), Açailândia, Cidelândia e São Pedro da Água Branca.

“Alavancamos um plano de engenharia que visa dotar as comarcas de estrutura necessária para atendimento de qualidade ao cidadão que precisa da Justiça”, diz Guerreiro Júnior.

O presidente assegura a instalação das comarcas de Joselândia e Miranda do Norte. Em Joselândia o prédio está pronto e recebe nova mobília e equipamentos. Em Miranda do Norte, o Tribunal aguarda a cessão de imóvel a ser doado pelo Governo do Estado.

“São comarcas criadas, mas não instaladas. A inauguração dos novos fóruns vai desafogar a intensa demanda de processos nas regiões Central e Norte e acelerar a prestação jurisdicional”, avalia Guerreiro Júnior.

ENTREGA - Segundo o diretor de Engenharia do TJMA, Rui Barbosa Lima Sobrinho, está prevista para novembro a entrega das sedes próprias das comarcas de Pio XII, Rosário, Carutapera e Buriticupu.

Novas licitações serão feitas para conclusão de obras em Colinas, Riachão, São Francisco do Maranhão, Lago da Pedra, Matões, Morros, Santa Luzia do Paruá, Santa Rita e Viana.



Auxílios saúde e alimentação dos servidores do TJMA têm novos valores

Os servidores do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) já estão recebendo com aumento os valores dos auxílios alimentação e saúde, e das indenizações para oficiais de Justiça e comissários por diligências negativas.

No caso do auxílio-alimentação, o benefício mensal passou de R\$ 330,00 para R\$ 462,00. Por meio de resolução, os valores foram adequados aos praticados no mercado, para servidores e magistrados ativos, respectivamente,

respeitando a disponibilidade orçamentária.

Já os oficiais e comissários de Justiça receberam aumento nas indenizações pelas diligências negativas, devidamente comprovadas. O valor subiu de R\$ 572,00 para R\$ 650,00 e será adicionado, de forma não cumulativa, à indenização recebida em razão das diligências positivas.

Os servidores ativos também foram beneficiados com o aumento no valor máximo

do auxílio-saúde mensal, que passou de R\$ 165,00 para R\$ 250,00. A importância varia de acordo com o valor desembolsado pelo beneficiário com despesas de saúde.

Para o presidente do TJMA, Antonio Guerreiro Júnior, os benefícios se mantêm na margem orçamentária possível do TJMA. "Com a medida, conseguimos corrigir distorções", disse, na aprovação das Resoluções nº 19, 20, 21 e 22/2012.

Servidores passam por exames em mais de 40 comarcas



Mais de três mil servidores do Poder Judiciário do Maranhão passaram por exames médicos ocupacionais em 2012. É o que revela relatório da Assessoria de Segurança & Saúde Ocupacional (SSO), baseado em laudos periciais e exames feitos em mais de 40 comarcas do Estado.

Entre os servidores avaliados, 1.655 são mulheres e 1.345 homens. Foram feitos 1.088 encaminhamentos para 26 especialidades médicas, sendo 37,3% para nutricionista, 22,2% para oftalmologista e 17,6% para car-

diologista.

De acordo com o relatório, 53,8% dos servidores declararam ser sedentários e 43% ativos em relação à prática de atividades físicas. A maioria (58,5%) não se acha em estado de estresse. A aferição da pressão arterial constatou que 1.937 (64,5%) estão na normalidade. No quadro limítrofe, 518 (17,35%). Quinhentos e cinco servidores (16,9%) apresentam hipertensão arterial nos estágios I, II e III.

Quanto ao Índice de Massa Corpórea (IMC), a avaliação mostra que 43,2% apresentam

índices normais de peso e 37,3% estão com sobrepeso. Os casos de obesidade somam 16,4% e com baixo peso, 2,5%. Houve uma redução de 8,8% no consumo de álcool em relação ao ano passado. No consumo de tabagismo a redução foi de 0,2%.

ACUIDADE VISUAL - A equipe do SSO realizou também exame de acuidade visual para avaliar a capacidade funcional da visão, além de exames complementares de audiometria aos servidores do Telejudiciário e motoristas do TJMA. Os servidores da área médica que possuem risco biológico foram submetidos a exames laboratoriais.

"Os exames são importantes, pois com a saúde avaliada os servidores têm benefícios como o aumento de resistência a doenças; maior motivação e produtividade, melhor relacionamento interpessoal e a autoestima, mais eficácia e concentração no trabalho, controle de estresse e emocional e maior participação nos processos", explicou o engenheiro de Segurança do Trabalho da SSO, Cristiano Ceccato. Segundo ele, houve uma maior adesão e procura para realização dos exames ocupacionais, que fazem uma análise geral dos servidores.

NUTRIÇÃO - A avaliação nutricional foi outra novidade implantada. Cerca de 500 servidores foram encaminhados ao serviço de nutrição. O atendimento faz parte do programa de incentivo aos pacientes acima do peso com acompanhamento quinzenal.



Autorizada a instalação de cinco varas no interior

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) autorizou a instalação de duas varas criminais em São José de Ribamar; da 4ª Vara de Balsas e Santa Inês; e da 2ª Vara de Maracaçumé. As unidades judiciais foram criadas pela Lei Complementar nº 140, de 3 de novembro de 2011.

“Serão instaladas de imediato as varas de Ribamar. Estamos providenciando servidores, instalações e equipamentos”, anuncia o presidente do TJMA, desembargador Antonio Guerreiro Júnior.

A LC nº 140/2011 também criou estrutura

de cargos no quadro de pessoal do Poder Judiciário para as novas unidades judiciais naquelas comarcas. São José de Ribamar passa a ter seis juízes de Direito. Balsas e Santa Inês, cinco juízes, e Maracaçumé, dois.

O desembargador Cleones Cunha, corregedor-geral da Justiça, defende a instalação das varas em Ribamar, considerando o crescimento populacional da cidade. “É a terceira maior cidade do Maranhão, mas tem menos juízes que outras menores como Caxias, Timon, Açailândia e Bacabal”, justificou.

COMPETÊNCIA - Entre as competências da 4ª Vara de Balsas e Santa Inês aparecem em destaque crime, família, sucessões, casamentos, inventário, partilhas e arrolamentos, infância e juventude, tribunal do júri e juizado de violência doméstica contra a mulher.

A 2ª Vara de Maracaçumé, por sua vez, para processos de natureza cível, comércio, crime, família, casamento, sucessões, tutela, curatela e ausência, infância e juventude, tribunal do júri, entorpecentes e juizado de violência doméstica contra a mulher.

Arrecadação do FERJ registra crescimento de 44%



O Fundo Especial de Modernização e Reaparelhamento do Judiciário (FERJ) administrado pelo Tribunal de Justiça do Maranhão, registrou aumento de 44% no mês de agosto de 2012 na arrecadação judicial e extrajudicial de custas e emolumentos, em relação ao mesmo período no ano passado.

“O FERJ sempre busca impulsionar a sua arrecadação. Esse crescimento favorece a modernização do Judiciário, fazendo com que ela aconteça com celeridade e todos sejam beneficiados – magistrados, servidores e cidadãos”, destaca o presidente do TJMA, desembargador Antonio Guerreiro Júnior.

O valor arrecadado atingiu R\$ 8.053.588,32 contra R\$ 5.576.837,71 em agosto do ano passado. O acumulado em 2012 é de R\$ 53.562,29. O montante corresponde a 84% da arrecadação de todo o ano de 2011. A meta prevista até dezembro é de R\$ 65 milhões.

A arrecadação é oriunda de mais de 30 fontes de receita. Entre elas destacam-se o recolhimento de custas e despesas processuais, taxa judiciária, preparo de recursos, multas aplicadas ao espólio, multas processuais cíveis e administrativas e das fianças (100%), e as derivadas da taxa dos emolumentos das serventias extrajudiciais (12%).

Núcleo de Jornalismo:

Andréa Colins, Danielle Calvet, Helena Barbosa, Irma Helenn Souza, Joelma Nascimento, Juliana Mendes, Paulo Lafene e Orquídea Santos

Chefe de Reportagem:

Antonio Carlos de Oliveira

Assessor-Chefe de Comunicação:

Reinaldo Barros

Edição:

Irma Helenn Souza

Diagramação:

Tiago Erre

Fotos:

Ribamar Pinheiro